

Produto que induz à violência pode pagar imposto maior

- Comissão de Assuntos Econômicos examina amanhã projeto que autoriza a elevação da alíquota do Imposto sobre Produtos Industrializados de brinquedos, revistas, filmes e roupas que estimulem comportamento violento em crianças e adolescentes

Página 3

CPI DO BANESTADO



Fotos: Célio Azevedo

Corrupção na prefeitura de São Paulo utilizou contas CC-5, diz promotor

Páginas 4 e 5



LIGAÇÃO CPI do Banestado recebeu do promotor Sílvio Antônio Marques (à direita na foto menor) informação de que esquema de corrupção na prefeitura de São Paulo, existente em administrações anteriores, usou contas CC-5 para remeter dinheiro a Nova York e Genebra

Senado doa obras em braile na Bienal do Livro da Bahia

O governador da Bahia, o ministro da Cultura, os três senadores baianos e o diretor-geral do Senado estiveram sexta-feira no estande da Casa na Bienal do Livro de Salvador. Eles participaram do ato de doação de obras editadas em braile a entidades de assistência a deficientes visuais.

Página 5



Jane de Araújo

Teotônio cobra ações efetivas em apoio a vítimas da seca

Página 8



PRESENÇA Autoridades visitam estande do Senado e participam da doação de obras em braile

Mozarildo saúda aniversário de criação de escola



Entidade formou líderes em Roraima, lembra Mozarildo

Os 54 anos de fundação da Escola Estadual Oswaldo Cruz, localizada em Boa Vista, foram saudados em Plenário, na sexta-feira, pelo senador Mozarildo Cavalcanti (PPS-RR). Ele disse que o educandário

foi responsável pelo início da formação da geração que se encontra atualmente no comando dos destinos de Roraima.

Ex-aluno da escola, Mozarildo congratulou-se com a diretora do educandário, professora Wiusilene Rufino de Souza.



Gerardo Moguele

Sarney prestigia lançamento do livro *Dicas da Dad*

O presidente do Senado, José Sarney, compareceu na última quinta-feira à noite de autógrafos do segundo volume de *Dicas da Dad – Português com Humor*, de autoria de Dad Squarisi. Para Sarney, Dad é “uma grande jornalista e sobretudo uma grande mestra do Português”, e seus livros são “uma contribuição ao estudo de nossa língua”.

Agenda

Plenário do Senado inicia trabalhos às 14h30

A sessão de hoje, às 14h30, é dedicada a comunicados da Mesa e a pronunciamentos, não havendo votação de matérias. Amanhã será realizada a quarta sessão de discussão, em primeiro turno, da PEC nº 36/99, que trata da

transferência de atribuições dos tribunais de contas dos municípios aos estados. Também será examinado o PLS nº 117/00, que concede à Justiça comum competência para processar e julgar crimes de tortura praticados por militares.

Semana do Software Livre no Legislativo

Começa hoje e termina na sexta-feira a “Semana do Software Livre no Legislativo”, que discutirá aplicações e efeitos do uso de programas de computador abertos no Brasil.



O evento foi transferido para o Auditório Americel Hall, na Academia de Tênis, em Brasília. A programação pode ser obtida pelo endereço www.congresso.gov.br/softwarelivre.

CPI do Banestado ouve ex-diretores do Banco Central

Os ex-diretores de Fiscalização do Banco Central Cláudio Ness Mauch e Tereza Grossi serão ouvidos hoje pela Comissão

Parlamentar de Inquérito (CPI) do Banestado, a partir das 15h. Também devem depor nesta semana Nicéa Camargo,

ex-mulher do ex-prefeito de São Paulo Celso Pitta, e Jayme Canet, ex-governador do Paraná.

Comissão analisa projeto sobre medição de pulsos telefônicos



Amanhã, às 14h, a Comissão de Infra-Estrutura (CI), presidida pelo senador José Jorge (PFL-PE), realizará reunião na qual será examinado o Projeto de Lei do Senado nº 39/02, que trata da

instalação de aparelho para a medição de pulsos telefônicos no serviço de telefonia fixa e no serviço móvel celular. O projeto é de autoria do então senador Arlindo Porto.

TV Senado debate políticas indigenistas

Para discutir a saúde do povo indígena e as políticas indigenistas que vêm sendo implementadas pelo governo, o programa *Cidadania*, exibido pela TV Senado, recebe hoje, às 13h30, o presidente do Departamento de Saúde Indígena da Fundação Nacional da Saúde, Ricardo Chagas, e o secretário-geral do Conselho Missionário Indigenista, Egon Heck.



Internet em órgãos públicos

A Comissão de Educação analisa, na reunião de amanhã às 11h30, o Projeto de Lei do Senado nº 225/03, que normatiza a disponibilização de documentos em língua estrangeira nos sítios e portais da rede mundial de computadores mantidos por órgãos públicos; e o PLS nº 182/03, que modifica a definição de bebidas alcoólicas, a veiculação de propaganda e algumas normas sobre seu consumo.

Ministro da Defesa fala à CRE

Na quarta-feira, às 18h30, a Comissão de Relações Exteriores (CRE) realiza audiência com o ministro da Defesa, José Viegas, sobre as circunstâncias que envolveram o pouso de uma aeronave francesa em Manaus. Segundo a imprensa, a tripulação da aeronave veio ao país participar da libertação da ex-senadora franco-colombiana Ingrid Betancourt, refém há mais de um ano das Forças Armadas Revolucionárias da Colômbia.

A agenda completa, incluindo o número de cada proposição, está disponível na Internet, no endereço www.senado.gov.br/agencia/agenda/agenda.asp

JORNAL DO SENADO

www.senado.gov.br
E-mail: jornal@senado.gov.br
Tel.: 0800-612211 - Fax: (61) 311-3137

Endereço: Praça dos Três Poderes, Ed. Anexo I do Senado Federal, 20º andar - Brasília - DF CEP 70165-920

MESA DO SENADO FEDERAL

Presidente: José Sarney
1º Vice-Presidente: Paulo Paim
2º Vice-Presidente: Eduardo Siqueira Campos
1º Secretário: Romeu Tuma
2º Secretário: Alberto Silva
3º Secretário: Heráclito Fortes
4º Secretário: Sérgio Zambiasi
Suplentes de Secretário: João Alberto Souza, Serys Slhessarenko, Geraldo Mesquita Júnior, Marcelo Crivella

Diretor-Geral do Senado: Agaciel da Silva Maia
Secretário-Geral da Mesa: Raimundo Carreiro Silva
Diretor da Secretaria de Comunicação Social: Armando S. Rollemberg
Diretora do Jornal do Senado: Maria da Conceição Lima Alves (61) 311-3333
Editores: Djalba Lima, Edson de Almeida, Eduardo Leão, Iara Altafin, João Carlos Ferreira da Silva, José do Carmo Andrade e Sylvio Guedes
Diagramação: Iracema F. da Silva, Osmar Miranda, Sergio Luiz Gomes da Silva e Wesley Bezerra
Revisão: Eny Junia Carvalho, Lindolfo do Amaral Almeida, Miquéas D. de Moraes e Rita Avellino
Tratamento de Imagem: Edmilson Figueiredo
Arte: Cirilo Quartim
Circulação e Atendimento ao leitor: John Kennedy Gurgel (61) 311-3333

Agência Senado

Diretor: Antonio Caraballo (61) 311-3327
Chefia de reportagem: Helena Daltro Pontual (61) 311-1151 e Valter Gonçalves Júnior (61) 311-1670
Edição: Marcos Magalhães e Néelson Oliveira (61) 311-1667

O noticiário do *Jornal do Senado* é elaborado pela equipe de jornalistas da Subsecretaria Agência Senado e poderá ser reproduzido mediante citação da fonte.

Impresso pela Secretaria Especial de Editoração e Publicações



José Cruz

GRAVIDADE Envolvimento de autoridades nesses crimes é “fato inconcebível”, diz Serys

Serys pede rigor no combate ao assédio sexual

A senadora Serys Slhessarenko (PT-MT) classificou como “um fato inconcebível” a prática de assédio sexual atribuída pela imprensa ao ministro Paulo Geraldo Medina, do Superior Tribunal de Justiça (STJ), contra Glória Maria Pádua Ribeiro Portella, filha do também ministro Antônio de Pádua Ribeiro, conforme denúncia publicada na sexta-feira pelo jornal *O Globo*.

Serys também se mostrou estarecida com outra informação publicada na imprensa, segundo a qual vereadores da cidade paulista de Porto Ferreira estariam sendo acusados de participar de orgias sexuais com adolescentes com idades que variam de 11 a 16 anos, em chácaras na região de Mogi-Guaçu. As festas sexuais, informou a senadora, estariam ocorrendo há pelo menos dois anos, sempre às segundas-feiras, antes das sessões da Câmara de Vereadores.

Diante da gravidade dos fatos é necessário, conforme defendeu a senadora, que o Legislativo e a sociedade como um todo apóiem cada vez mais a comissão parlamentar de inquérito (CPI) que investiga a exploração sexual infantil e de adolescentes em todo o país, em andamento no Congresso Nacional.

Serys Slhessarenko informou que a comissão já identificou 241 rotas da exploração sexual. Mas estranhou que até agora os membros do colegiado não tenham chegado a nenhum dos principais nomes que podem estar por trás da rede dos exploradores.

– Será que essa dificuldade é em virtude de os criminosos estarem acobertados por agentes públicos? – indagou.

Textos na Internet devem ter versão em português

A Comissão de Educação (CE), em sua reunião de amanhã, às 11h30, deverá analisar substitutivo do senador Eduardo Azeredo (PSDB-MG) ao projeto (PLS nº 225/2003) do senador Aloizio Mercadante (PT-SP), determinando que todos os documentos, textos e artigos em língua estrangeira disponibilizados

nos sítios e portais mantidos pelas administrações públicas diretas, autárquicas e fundacionais da União deverão ser obrigatoriamente apresentados também em português.

Por entender que a medida não deveria ficar restrita ao âmbito da administração direta e em nível federal, o relator optou por estender a exigência aos estados, municípios e

Distrito Federal. Por outro lado, Azeredo limita a exigência da publicação das versões em português aos documentos institucionais referentes ao organismo que os publicou.

A justificativa de Mercadante para apresentar seu projeto é evitar que documentos divulgados pelos órgãos da União na Internet estejam apenas em língua estrangeira, o que

dificulta o acesso de tais conteúdos pelas pessoas que não tenham acesso a essas línguas.

Também está na pauta parecer de Garibaldi Alves Filho (PMDB-RN) favorável ao Projeto nº 182/2003, de Geraldo Mesquita Júnior (PSB-AC), que veda a publicidade de bebidas alcoólicas nas emissoras de rádio e TV, inclusive por assinatura.

Célio Azeredo



NORMA A Comissão de Educação pode votar projeto de Mercadante amanhã



Roosevelt Pinheiro

PROJETO Relator na Comissão de Infra-Estrutura, Paulo Octávio deu parecer favorável

Telefone pode ter medidor na casa do usuário

A Comissão de Serviços de Infra-Estrutura do Senado (CI) analisará amanhã, às 14h, projeto que determina às companhias telefônicas a instalação, nas residências dos usuários, de medidores de tempo dos telefonemas feitos, como já ocorre com o consumo de água e de energia elétrica.

Trata-se de projeto do então senador Arlindo Porto (PLS 39/2002) que recebeu parecer favorável do relator na CI, senador Paulo Octávio (PFL-DF). Para os dois, as companhias de telefones têm condições técnicas de instalar esses medidores sem nada cobrar dos usuários.

Paulo Octávio sustenta inclusive que as pessoas são reféns das telefônicas, por não terem forma alguma de controle do uso do telefone. Assim, os usuários são praticamente obrigados a aceitar os tempos de uso dos aparelhos mencionados nos extratos das contas que recebem.

Ainda amanhã, a CI debaterá projeto (PLS 218/2000) da senadora Heloísa Helena (PT-AL) que altera a lei que criou o Programa Nacional de Desestatização (PND). O objetivo é retirar do programa de privatização os serviços de geração, transmissão e distribuição de energia elétrica e de saneamento básico (água, esgotos e lixo).

CAE discute imposto maior para brinquedos violentos

Proposta a ser votada amanhã eleva o IPI cobrado de produtos que incitem à violência de crianças

A Comissão de Assuntos Econômicos do Senado (CAE) examinará amanhã, a partir das 10h, projeto que autoriza uma alíquota mais elevada do Imposto sobre Produtos Industrializados (IPI) para brinquedos, revistas, filmes e roupas que induzam as crianças e os adolescentes à violência.

Para que o governo eleve o imposto, o Conselho Nacional de Direitos da Criança e do Adolescente (Conanda), ligado ao Ministério da Justiça, deve declarar antes que o produto é "potencialmente deseducativo e incitador de violência". O projeto (PLS nº 128/1999) foi apresentado pelo senador Romero Jucá (PMDB-RR) e recebeu parecer favorável do relator da matéria, senador Roberto Saturnino (PT-RJ).

Romero Jucá justifica sua proposta afirmando que há hoje na sociedade "um culto à violência", e desde jovens as



Roosevelt Pinheiro

DESESTÍMULO Jucá, autor do projeto, diz que existe hoje na sociedade um "culto à violência"

pessoas "são bombardeadas por programas de entretenimento e produtos que as induzem a registrar no inconsciente que violência é sinônimo de poder, de realização pessoal, de motivo de admiração, de meio de conquistas". Por isso, seu objetivo é "tentar pelo menos inviabilizar economicamente" tais produtos.

"Nos filmes antigos, o mal sempre era castigado no final. Nos modernos, o mocinho explode cidades inteiras, metra-

lha dezenas de pessoas com todos os requintes de exagero, possibilitado pelos efeitos especiais sem qualquer consequência de punição. Pelo contrário, o herói é o mais violento", lastima Romero Jucá em sua justificativa.

Na mesma reunião, a CAE discutirá projeto (PLS 256/99) do senador Pedro Simon (PMDB-RS) que proíbe a União, os estados e os municípios de cobrarem juros de mora por atraso nas dívidas de funcionários públicos, desde que eles estejam com seus salários atrasados. A proposta tem parecer favorável da relatora, senadora Patrícia Saboya (PPS-CE).

A senadora concorda que o não pagamento de dívidas em dia, nesse caso, não é culpa do funcionário do governo. Assim, "se não há culpa, não há mora, e o Código Civil é bem claro ao prescrever que, não havendo fato ou omissão imputável ao devedor, esse não incorre em mora".

O projeto estende a proibição da cobrança até mesmo às empresas que oferecem serviços sob permissão do Estado, como companhias telefônicas e de energia elétrica.

Ministro vai explicar pouso de avião francês no aeroporto de Manaus

O ministro da Defesa, José Viegas Filho, prestará esclarecimentos na Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional (CRE) sobre as circunstâncias que envolveram o pouso e a liberação de uma aeronave francesa, no dia 9 de julho, no Aeroporto Eduardo Gomes, em Manaus (AM). O requerimento para a reunião com o ministro, marcada para a quarta-feira, às

18h30, foi apresentado pelo senador Mozarildo Cavalcanti (PPS-RR).

O avião militar francês, um Hércules C-130, permaneceu 96 horas em solo brasileiro. Segundo denúncia publicada pela revista *Carta Capital*, o objetivo da missão seria negociar com as Forças Armadas Revolucionárias da Colômbia (Farc) a libertação da ex-candidata à Presidência

da Colômbia, Ingrid Betancourt. A revista também levantou a possibilidade de aeronave estar carregada de armamentos.

A França nega as denúncias e garante que os tripulantes do Hércules C-130 – 11 militares e diplomatas – tinham como objetivo atender a apelo de familiares da senadora e de outros reféns por ajuda humanitária.

Plenário vota amanhã projeto sobre tortura

O Senado deve votar amanhã Projeto de Lei nº 117/2000 do senador Antonio Carlos Valadares (PSB-SE) que dá à Justiça comum competência para processar e julgar militares acusados do crime de tortura. O relator é o senador Marcelo Crivella (PL-RJ), que emitiu parecer contrário à proposta. Na justificativa do projeto, Valadares explica que estão se tornando cada vez mais comuns os atos "violentos e cruéis" cometidos por policiais militares, sendo necessária a participação da Justiça comum e do Ministério Público para coibir os abusos.

Ainda amanhã, o Plenário deverá discutir pelo quarto dia e votar no dia seguinte, em primeiro turno, a proposta de emenda à Constituição (PEC nº 23/2003) do senador Efraim Morais (PFL-PB) que cria limites para o pagamento de obrigações relativas a precatórios judiciais. A PEC obriga a inclusão, no orçamento das entidades de direito público, da verba necessária ao pagamento dos débitos oriundos de sentenças transitadas em julgado – os precatórios judiciais. A dotação será limitada a 2% das receitas correntes líquidas.

Outro projeto que poderá ser votado amanhã (PLC nº 71/2000) institui multa para fornecedores de bens ou serviços que atrasem o cumprimento de prazo de entrega de mercadoria ou realização de serviço. O projeto garante a rescisão do contrato e a devolução do dinheiro eventualmente pago adiantado, com as devidas correções.

Outra proposta de emenda à Constituição (PEC nº 36/1999), que extingue os tribunais de contas municipais dos estados do Ceará, Goiás, Bahia e Pará, poderá ser votada na quarta-feira.

CPI DO BANESTADO

Membro do Ministério Público relata detalhes de suposto desvio de recursos na administração do prefeito Paulo Maluf e envio do dinheiro para o exterior



Célio Azevedo

ARTIFÍCIO Sívlio Marques (D) afirmou que empresas fictícias devolviam 90% do valor de notas fiscais

Promotor paulista explica esquema de corrupção

Em depoimento prestado sexta-feira à CPI do Banestado, o promotor de Justiça de São Paulo Sívlio Antônio Marques, que apura possível esquema de corrupção na administração Paulo Maluf na prefeitura da capital, forneceu detalhes sobre o provável caminho percorrido pelo dinheiro recebido a título de propina até o exterior, tendo supostamente como beneficiário o ex-prefeito.

O promotor deteve-se sobre o caso da construção da Avenida Água Espraiada pela Mendes Júnior. Segundo avaliações, a obra deveria ter custado R\$ 250 milhões, mas foram gastos R\$ 800 milhões pela prefeitura de São Paulo, assinalou.

De acordo com Sívlio Marques, a prefeitura remunerava a empreiteira, que, então, pagava subempreiteiras. Depois de emitir notas fiscais à empreiteira, as cerca de 11 subempreiteiras, geralmente empresas fictícias, devolviam, segundo o promotor, cheques equi-

valentes a 90% do valor das notas fiscais frias.

Os cheques, então, eram trocados por dólar ou entregues a doleiros, que depositavam o dinheiro em contas de 'laranjas', os quais voltavam a depositar os recursos em contas de outros 'laranjas'. Maluf, disse Sívlio Marques, com base em depoimentos, seria o beneficiário de 20% desse valor e assessores, como o ex-secretário de Obras Reynaldo de Barros, receberiam 17%. O ex-prefeito Celso Pitta, segundo o promotor, também teria recebido um percentual (15%) nos anos de 1999 e 2000.

De acordo com o promotor, os recursos oriundos de propinas chegavam a contas CC-5, sendo remetidos para bancos em Nova York e Genebra, na Suíça. As contas, afirmou, aparecem nas investigações da Polícia Federal em Foz do Iguaçu (PR). Em Nova York, o promotor citou as contas Campari, no MTB Bank, e Lespan, no Citi-

bank.

Em 9 de janeiro de 1997, a Promotoria foi informada pelo Conselho de Controle de Atividades Financeiras (Coaf) que recebera comunicação de autoridades da Ilha de Jersey, no Reino Unido, sobre a transferência de recursos do Citibank de Genebra para o Citibank daquela localidade. Segundo Sívlio Marques, as investigações procuram provas de uma transação que teria movimentado recursos do Citibank para o Deutsche Morgan Grenfell de Jersey.

Mencionou também contas em Genebra, onde os recursos seguiriam para Maria Rodrigues, com conta no Union Bancaire Privée, que repassava o dinheiro para outras contas.

— Já foi provado que esse banco aplicou US\$ 89,3 milhões na Eucatex, de propriedade da família de Maluf, por meio de debêntures conversíveis em ações — informou o promotor Sívlio Marques.

Depoimentos revelaram pagamento de propinas

Com base em notícias da imprensa, as investigações da Promotoria de Justiça de São Paulo sobre o desvio de recursos das obras da Avenida Água Espraiada e do Túnel Ayrton Senna chegaram a testemunhas que forneceram os caminhos para obtenção de provas sobre o suposto pagamento de propinas ao ex-prefeito Paulo Maluf. Esses depoimentos foram resumidos na CPI do Banestado pelo promotor Sívlio Antônio Marques.

O primeiro a ser ouvido, segundo o promotor, foi o ex-caixa da Mendes Júnior Joel Guedes Fernandes, responsável pelo controle do caixa 2 da empreiteira. Ele explicou como funcionava o esquema e a transformação dos recursos de propinas em dólar.

Esse dinheiro, afirmou, era embalado em caixas de uísque e de bombons e entregues a "clientes" da empreiteira, cujos nomes não foram informados por Fernandes. Ele também revelou o uso da empresa *offshore* Lespan, investigada pelas autoridades norte-americanas, inclusive pelo Congresso daquele país, que descobriu que ela teria lavado US\$ 1,8 bilhão nos Estados Unidos.

Sívlio Marques apresentou cheques usados para pagamento das propinas, que foram encaminhados anonimamente à Promotoria de São Paulo, preenchidos supostamente com uma máquina de escrever Facit. Um dos cheques apresentados à CPI tem como beneficiário Rodolfo Castro Filho, "um dos maiores 'laranjas'

de esquemas de remessa de recursos a exterior", cujo nome apareceu também na CPI dos Precatórios. Em dois anos, teria movimentado US\$ 700 milhões, mas Sívlio Marques disse suspeitar que ele não existe.

Um dos depoimentos mais importantes, segundo Sívlio Marques, foi do ex-gerente financeiro da empreiteira em São Paulo, Simeão Damasceno de Oliveira. O promotor disse que, mesmo recuando das declarações prestadas nas investigações em fevereiro de 2002, os elementos fornecidos por Simeão foram confirmados mais tarde por provas materiais encontradas (*veja matéria*).

Outro a depor na Promotoria de Justiça foi Sérgio Lima Santoro, o procurador da empresa Planicampo Teraplanagem, uma das subempreiteiras contratadas pela Mendes Júnior. Ele confessou que devolveu 90% do valor das notas fiscais emitidas à empreiteira, totalizando US\$ 93 milhões.

Nicéa Camargo, que foi casada com o ex-prefeito Celso Pitta, confirmou, segundo o promotor, que Maluf recebia propinas de subcontratadas pela Mendes Júnior, OAS e CBPO, na sua própria casa. O produto da propina, segundo Nicéa, seria depositado no exterior.

Ela teria revelado também, e a Promotoria confirmou, que Pitta era sócio do doleiro Naji Nahas na empresa Yukon River, que aparece nas investigações da Polícia Federal como recebedora de milhões de dólares do Banestado de Nova York.

Sívlio Marques apresentou à CPI cheques usados para pagamento aos beneficiários

Antero: fim de sigilo da Lespan pode levar a nomes dos envolvidos na evasão

O presidente da CPI do Banestado, senador Antero Paes de Barros (PSDB-MT), afirmou, durante a audiência pública, que é importante obter documentos da quebra do sigilo da conta Lespan, no Citibank de Nova York, para chegar aos reais beneficiários de recursos oriundos de atividades criminosas que saíram do país irregularmente. Conforme o senador, as autorida-

des norte-americanas só podem remeter as informações ao Brasil depois de cumpridas formalidades exigidas em acordo internacional. A conta Lespan já teve, de acordo com o promotor Sívlio Marques, seu sigilo quebrado pelo Congresso dos Estados Unidos, com auxílio do trabalho do delegado da Polícia Federal José Castilho Neto em abril deste ano.

— As informações são relevantes e foram solicitadas. Esperamos a aquiescência por parte das autoridades americanas — disse Antero, que irá para os Estados Unidos junto com um grupo de mais cinco parlamentares no dia 23. Entre outros compromissos naquele país, está prevista reunião com deputados e senadores em Washington. As investigações sobre o desvio

de recursos para a Suíça também dependem do envio de documentação pelas autoridades daquele país. O juiz suíço Claude Werger autorizou, em 13 de junho de 2003, a remessa de documentos ao Brasil, mas o ex-prefeito Paulo Maluf recorreu ao Tribunal Cantonal. O processo de instrução na Suíça já foi aberto, informou Sívlio Marques. Em Jersey, no Reino Unido, o

dinheiro que supostamente é de propriedade de Maluf continua bloqueado. A decisão sobre o envio dos documentos dessa conta ao Brasil ainda está pendente. Para evitar a prescrição do crime de improbidade administrativa, em setembro de 2001 o promotor Sívlio Marques entrou com ação cautelar, que teve liminar concedida.

CPI DO BANESTADO

Promotor vincula esquema em São Paulo a contas CC-5

O primeiro levantamento da Promotoria de Justiça de São Paulo mostrou que foram emitidas notas frias no valor de US\$ 200 milhões pelas empresas subcontratadas pela empreiteira Mendes Júnior durante as obras da Avenida Água Espraiada, na capital paulista, como parte de suposto esquema de concessão de propinas aos ex-prefeitos Paulo Maluf e Celso Pitta, além de seus assessores. Ao revelar essa informação aos integrantes da CPI do Banestado, o promotor de Justiça Sílvio Antônio Marques disse que esse valor pode ser maior, já que novas irregularidades podem ser identificadas com o avanço das investigações sobre superfaturamento e desvio de recursos da obra.

Em resposta ao relator da

CPI, deputado José Mentor (PT-SP), o promotor informou que se encontram bloqueados na Ilha de Jersey, paraíso fiscal do Reino Unido, entre US\$ 200 milhões e US\$ 300 milhões, que poderão ser repatriados. Explicou que a promotoria está esperando a confirmação oficial dos valores pelas autoridades do paraíso fiscal para entrar com ação de restituição desse dinheiro de origem ilícita.

O promotor esclareceu ao senador José Jorge (PFL-PE) que existem duas ações contra Maluf e Pitta sobre obras superfaturadas na cidade de São Paulo: uma no valor de R\$ 116 milhões, relativa à construção da Avenida Água Espraiada, e outra de R\$ 105 milhões, do túnel Ayrton Senna.

O relator da CPI considerou

que as investigações sobre superfaturamento pela Mendes Júnior estão praticamente equacionadas. Disse que "ainda falta o link" na outra investigação referente à evasão de divisas, "porque não é possível processar os beneficiários", por enquanto. E pediu ao promotor explicação de como era a conexão do esquema paulista com o de Foz do Iguaçu.

Segundo Marques, já foi possível confirmar que duas contas de subempreiteiras enviavam os recursos desviados para contas CC-5, abertas em agências de Foz do Iguaçu. E que a autorização concedida pelo Banco Central para aquelas instituições aceitarem depósitos em espécie acima de R\$ 10 mil permitiu o descontrole sobre a origem do dinheiro.



CONTRIBUIÇÃO Rodolpho Tourinho, Antonio Carlos e o ministro Gilberto Gil participaram da abertura da feira, em Salvador

Senado doa livros em braile na bienal da Bahia

O estande do Senado foi centro das atenções no primeiro dia de funcionamento da Bienal do Livro da Bahia, na sexta-feira. Logo após a abertura da feira, as autoridades presentes – entre elas o governador Paulo Souto (PFL), o ministro da Cultura, Gilberto Gil, o prefeito de Salvador, Antonio Imbassahy (PFL), e os senadores Antonio Carlos Magalhães, Rodolpho Tourinho e César Borges, todos do PFL da Bahia – foram diretamente ao espaço do Senado para a doação de livros em braile a quatro instituições de assistência a deficientes visuais de Salvador.

Antonio Carlos ressaltou que o Senado está se empenhando em oferecer aos deficientes visuais a maior gama possível de livros em braile.

– O Senado irá atender a uma grande população de deficientes visuais, o que é muito importante porque eles estão perfeitamente integrados à vida pública baiana e nacional.

Rodolpho Tourinho defendeu a doação do maior número possível de obras aos deficientes visuais. Para ele, "o acesso deve ser não somente na área de ficção, como também na parte legislativa".

Já César Borges parabenizou o Senado pela atenção especial aos deficientes. "A cidadania é um direito de todos, independentemente de raça, religião ou deficiência", afirmou.

O ministro Gilberto Gil destacou que a iniciativa de imprimir livros em braile "é louvável", já que a leitura é "provavelmente um dos preenchimentos maiores que os deficientes visuais têm na vida, tanto de tempo como de interesse".

O diretor-geral do Senado, Agacieli Maia, destacou que o senador Antonio Carlos Magalhães foi o grande estimulador da produção de livros em braile ao criar a primeira impressão oficial desse tipo no Brasil, durante seu primeiro período de presidência no Senado.

Entidades elogiam iniciativa

Lideranças das entidades de deficientes visuais da Bahia enalteceram a iniciativa do Senado de doar livros em braile. José Márcio Soares Nunes, da Associação Baiana de Cegos, afirmou que "o Senado tem contribuído para que o deficiente visual tenha acesso a várias obras sobre legislação".

– O sistema braile é a via fundamental para o acesso à informação, que garante a cidadania do deficiente visual – disse.

Quatro entidades de assistência

aos deficientes visuais de Salvador receberam uma coleção em braile. São elas: Associação Baiana de Cegos; Instituto Brasileiro de Oftalmologia e Prevenção da Cegueira; Instituto de Cegos da Bahia; e Centro de Apoio Pedagógico ao Deficiente Visual. Integram a coleção a Constituição federal; a Constituição da Bahia; o Código de Defesa do Consumidor; o Estatuto da Criança e do Adolescente; a Lei de Diretrizes e Bases da Educação; e a Lei de Doações de Órgãos.

Célio Azevedo



OBSTÁCULO Heráclito Fortes falou das dificuldades de se provar a origem ilícita dos recursos enviados

Parlamentares podem ajudar na investigação do caso Maluf e Pitta

A colaboração da CPI do Banestado para as investigações nos casos Paulo Maluf e Celso Pitta é o contato político dos seus integrantes com autoridades da Suíça, França e Ilha de Jersey, para agilizar a liberação de documentos importantes para as ações judiciais brasileiras. A avaliação é do promotor Sílvio Marques.

– Um ofício da CPI do Congresso Nacional tem muito mais força do que um ofício de

minha autoria – ponderou.

O promotor citou o que está ocorrendo em Genebra, Suíça, onde já existe decisão judicial para liberar documentos que já estariam no Brasil se não fosse o recurso apresentado por Maluf. Marques sugeriu que a CPI centre as investigações nas remessas com indícios de origem ilícita do dinheiro. Esclareceu que as autoridades internacionais só autorizam a quebra do sigilo bancário quando há su-

posição de que os recursos provêm de atividades criminosas.

– A carta rogatória encaminhada à Suíça foi devolvida três vezes porque não havia provas em relação à origem ilícita do dinheiro – relatou.

O senador Heráclito Fortes (PFL-PI) lembrou a frustração das autoridades americanas com o trabalho da força-tarefa, por não apresentar dados concretos sobre a origem ilícita do dinheiro.

Waldemar Rodrigues



PARTE MENOR Heráclito critica o fato de os municípios receberem só 13% do bolo tributário

Heráclito pede mais recursos para municípios

Ao reiterar sua preocupação com a gravidade da situação das prefeituras em todo o país, o senador Heráclito Fortes (PFL-PI) informou que em seu estado, na sexta-feira e sábado, as prefeituras estariam com as portas fechadas. Os protestos dos prefeitos aumentam, acrescentou, e os prejuízos são nítidos, particularmente para a população mais carente.

– Não defendo que prefeitos cruzem os braços, afinal são parte de um poder. Mas sabemos também que, sem pressão, o governo não vai ceder. Sem que a voz dos prefeitos seja ouvida, o governo continuará simplesmente fingindo que não é com ele – salientou.

Soluções paliativas não resolverão o problema das prefeituras, disse o senador, para quem o governo precisa admitir que os municípios devem ter maior participação na arrecadação.

– Será justo a União ficar com quase 64% do bolo tributário, enquanto cabem aos estados 23% e aos municípios apenas 13%? – questionou.

Jonas registra 10 anos da agência do BB no Senado

O senador Jonas Pinheiro (PFL-MT) prestou homenagem em Plenário, sexta-feira, à direção e aos funcionários do Banco do Brasil, pelos dez anos de funcionamento da agência no Senado Federal.

– Por todos esses anos a direção e os funcionários daquela agência vêm cumprindo, de maneira excepcional, sua missão de bem servir seus correntistas – disse Jonas Pinheiro, salientando a relação de amizade que tem com os funcionários da agência do Banco do Brasil.

Fome Zero demonstra a coragem de Lula, diz Ideli

■ Para senadora, críticos ainda não perceberam que o programa irá causar “uma verdadeira revolução”

Ao considerar injustos os frequentes ataques ao programa Fome Zero, a senadora Ideli Salvatti (PT-SC) disse que os críticos não perceberam ainda que a decisão do presidente Lula de colocar o combate à fome no centro das discussões e das ações do governo é uma demonstração de coragem. Em sua opinião, o programa irá causar uma verdadeira revolução, pois focaliza os temas da fome e da miséria, que sempre foram tratados como subprodutos da economia, como eixos norteadores da política governamental.

– Somente essa ótica, de tratarmos a questão da fome e da miséria como central na política de governo, deixando todas as demais questões a serviço desse objetivo, é que tornará possível ao país ter soberania e dignidade – avaliou Ideli.

Para ela, é preciso ter coragem para colocar esse assunto em condições de igualdade com outros temas, como a educação, a economia, a indústria e o mercado financeiro, abordados prioritariamente na his-



ENFOQUE Segundo Ideli, fome e miséria foram colocadas como eixos da política governamental

tória nacional. Ao longo das três últimas décadas, informou, o Brasil não implementou nenhuma política efetiva para alterar a distribuição de renda.

– A distribuição da riqueza está congelada há mais de três décadas. Pode parecer insignificante colocar esse debate como eixo de governo, mas não é possível garantir três refeições ao dia para 170 milhões de brasileiros sem executar uma verdadeira revolução, sem mexer em estruturas injustas da posse da terra, da questão urbana, das políticas públicas de saúde, educação, saneamento – ressaltou.

A senadora também explicou que, quando se analisa o Fome Zero dessa maneira, seus resultados podem não ser imediatamente perceptíveis, mas são efetivos, pois condicionam ou-

tras políticas anexas, tais como os programas do primeiro emprego, de alfabetização, de merenda escolar e de apoio à agricultura familiar.

O senador José Jorge (PFL-PE) apoiou, em aparte, o objetivo do Fome Zero, mas disse que, em sua visão, o programa deveria ser uma política geral para todos os municípios e não apenas para poucos, como está sendo implementado. “Assim, os resultados são muito lentos”, afirmou.

Reforma agrária

Ideli também analisou os conflitos agrários, atentando para um novo formato de negociação de terras que ocorre na região do Pontal do Paranapanema, onde os invasores de terras por grilagem estão sendo reconhecidos pelo poder público como proprietários, desde que paguem parte das terras apossadas. Esses recursos, por sua vez, são aplicados em programas de assentamento. Para ela, esse é um sinal de que, apesar de a situação no campo ser séria, não inclui apenas violência e injustiça.

Em aparte, a senadora Serys Slhessarenko (PT-MT) concordou com a avaliação de Ideli, considerando errada a posição de fazendeiros que ocupam grande extensão de terras públicas e lutam hoje para ficar com essas terras.

Valdir Raupp adverte que classe média avança em direção à pobreza

A classe média está avançando em direção à pobreza, alertou sexta-feira, em Plenário, o senador Valdir Raupp (PMDB-RO). Tomando por base levantamento realizado por setores da indústria e do comércio, ele afirmou que os sinais de decadência estão a olhos vistos e ganham consistência diante dos indicadores econômicos que apontam redução drástica do consumo e da poupança.

– Os desafios que se interpoem à sobrevivência da classe média são amplos e numerosos. Mas poderão ser enfrentados a partir da consciência dos problemas e de uma intransigente defesa que contemple, por exemplo, a denúncia das injustiças fiscais e a per-



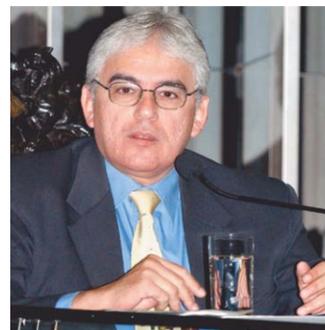
SINAIS Raupp salienta que indicadores apontam redução do consumo e da poupança

manente exigência de salários dignos. As atuais taxas de juros inviabilizam quaisquer iniciativas no desafiante mercado competitivo – afirmou.

Raupp reconheceu que o processo de empobrecimento da classe média não é de ago-

ra. Observou, também, que a atual estagnação da economia não só atingiu esse setor da sociedade, mas a população como um todo, podendo levar o país para o que chamou de “um perigoso processo de recessão”.

O senador disse que o “brutal” aumento dos preços ao consumidor registrado no ano passado e no início de 2003 chegou ao fim, mas não livrou o país da recessão, do desemprego recorde e do achatamento salarial. Com isso, acrescentou Raupp, a produção industrial está despencando, o comércio não tem para quem vender e o poder de compra cada vez menor da população nem sequer permite a aquisição de alimentos básicos.



PRERROGATIVA Efraim defende oportunidade de rediscutir o pacto federativo

Para Efraim, Congresso deve discutir reforma

O senador Efraim Moraes (PFL-PB) defendeu em Plenário, sexta-feira, a prerrogativa do Senado e da Câmara dos Deputados de discutir com profundidade a reforma tributária. A afirmação foi uma resposta às declarações atribuídas pela imprensa ao ministro-chefe da Casa Civil, José Dirceu, que teria dito que a pressão dos governadores por mudanças na repartição do bolo tributário não passa de conversa fiada.

– Estamos abertos ao diálogo, mas nossas prerrogativas de discutir, emendar e mudar o texto devem ser respeitadas. Quem quer que diga o contrário está indo contra o pilar da democracia, que é o Congresso Nacional – sintetizou o líder da Minoria no Senado.

Na avaliação de Efraim, a frase atribuída a Dirceu se opõe ao que disse o presidente Lula ao encaminhar as reformas. Na ocasião, Lula afirmou “agora é com o Congresso”.

– Não podemos abrir mão da oportunidade de rediscutir o pacto federativo – frisou ele, lembrando que o governo precisará negociar com o Congresso para manter as receitas decorrentes da Contribuição Provisória sobre Movimentação Financeira (CPMF). Efraim acrescentou que os maiores partidos de oposição, PFL e PSDB, não votarão a favor da prorrogação da CPMF, se o governo não se comprometer com uma melhor distribuição de recursos para estados e municípios.

Em aparte, o senador João Capiberibe (PSB-AP) disse que o fundamental é eliminar a transferência de renda dos pobres para os ricos. O senador Mão Santa (PMDB-PI) completou citando uma frase do ex-presidente norte-americano John Kennedy: “A sociedade que não ajudar os seus pobres não conseguirá salvar os ricos”.

Jone de Araújo



GRATIDÃO Capiberibe lembrou que nadador Jader Souza levou ao pódio a bandeira do Amapá

Capiberibe exalta medalha de amapaense

O senador João Capiberibe (PSB-AP) manifestou sua satisfação pela medalha de ouro ganha nos Jogos Pan-Americanos pela equipe de revezamento 4x100 de natação pelos atletas Fernando Scherer, Gustavo Borges, Carlos Jayme e um jovem do Amapá, Jader Souza, na última quinta-feira. Ele destacou que Jader é de origem humilde e estudou toda a sua vida em escola pública, treinou em piscina pública e foi treinado por um técnico, Sílvio, professor da rede pública.

Capiberibe manifestou a certeza de que o atleta "ainda vai dar muita alegria aos amapaenses e ao povo brasileiro" e parabenizou os pais do atleta, Adla Maria e Paulo Sérgio.

O senador lembrou que Jader levou ao pódio a bandeira do Amapá, "uma demonstração clara de gratidão, pois ele é resultado do apoio decisivo do estado, principalmente da escola pública, que mostra que é possível ter uma escola pública de qualidade". Capiberibe adiantou que irá sugerir ao ministro da Educação, Cristovam Buarque, que adote Jader Souza como símbolo da escola pública.

Capiberibe previu que os investimentos que vêm sendo feitos em obras de novas escolas, com quadras poliesportivas e piscinas, no projeto Fábrica de Campeões, permitirão que o Brasil dispute, em condições de igualdade com Cuba e os Estados Unidos, o primeiro lugar em número de medalhas nas competições. Ele aproveitou para cumprimentar o presidente da Confederação Brasileira de Desportos Aquáticos, Coaracy Nunes, que é filho do primeiro deputado federal pelo Amapá e sempre apoiou o esporte estadual e nacional.

O senador Eduardo Siqueira Campos (PSDB-TO) apoiou as manifestações do orador.

Jonas comemora sentença favorável a transgênicos

A decisão da juíza do Tribunal Regional Federal da 1ª Região, Selene Maria de Almeida, suspendendo sentença que havia limitado o uso de transgênicos no país, recebeu elogios em Plenário, na sexta-feira, do senador Jonas Pinheiro (PFL-MT). Com a decisão, ficam liberados o plantio e a comercialização de soja transgênica até o julgamento do mérito da questão.

A juíza, disse o senador, con-

siderou que, se a Organização das Nações Unidas para Alimentação e Agricultura (FAO) e a Organização Mundial da Saúde (OMS) atestaram a sanidade dos produtos, não há por que o Brasil impedir o seu uso.

– A Comissão Técnica Nacional de Biossegurança volta a ter competência de autorizar o plantio de sementes geneticamente modificadas. A decisão vem em boa hora, pois 30% da soja já são produzidos com se-

mentes transgênicas. Esse fato levou o próprio governo a editar medida provisória para liberar o uso – afirmou o parlamentar, que salientou a importância dos transgênicos para reduzir os custos da produção e aumentar a competitividade da agricultura brasileira.

Jonas citou fatores que prejudicam a agropecuária, como as invasões de propriedades e a possível expansão das reservas indígenas no país.



VANTAGENS Jonas diz que transgênicos reduzem os custos de produção na agricultura

Eduardo anuncia acordo para investir na agricultura do Tocantins

■ Governos federal e do estado chegam a um consenso para reiniciar programa nos cerrados

O senador Eduardo Siqueira Campos (PSDB-TO) comunicou ao Plenário na sexta-feira o fechamento de um acordo com o governo federal que permitirá a continuidade do Programa de Desenvolvimento dos Cerrados (Prodec). De acordo com o senador, o fato de o Tocantins ser credor da União permitiu a conclusão do acordo, que aguardava apenas autorização do Executivo federal, uma vez que os recursos para financiar os agricultores já haviam sido captados no Japão.

Na quarta-feira, em Palmas, informou o senador, será assinado acordo para consagrar o projeto na cidade de Pedro Afonso. O senador elogiou a



PRODECER Apoio do ministro Palocci ajudou no acordo, afirma Eduardo Siqueira Campos

atuação do governador Marcelo Miranda (PFL) e do secretário da Fazenda do Tocantins, João Carlos da Costa, na negociação, e agradeceu ao ministro da Fazenda, Antonio Palocci, por seu empenho, que permitiu o fechamento do acordo.

O Prodecer iniciará agora sua terceira etapa. A primeira parte do projeto ocorreu na

década de 70, numa ação do governo federal em parceria com o governo japonês. O programa iniciou-se com 70 mil hectares e agora já atinge quase 400 mil hectares, com produtividade "extraordinária", segundo Eduardo.

– Quem acreditava no cerrado na época do início do programa? Era considerado terra improdutivo. Hoje está demonstrado que será através das terras do cerrado que o Brasil se transformará no maior produtor de alimentos do mundo – destacou.

Em aparte, o senador Mão Santa (PMDB-PI) elogiou a atuação política do ex-governador Siqueira Campos, pai do senador Eduardo, a quem classificou de "criador do estado do Tocantins". Depois de comentar que Siqueira Campos deveria ter se candidatado a presidente da República, Mão Santa afirmou que "hoje este país é sustentado pela agricultura", avaliando que "só os que seguiram pela interiori-

zação conseguiram sucesso".

Declaração

No mesmo discurso, Eduardo Siqueira Campos solidarizou-se com o ministro da Justiça, Márcio Thomaz Bastos, em função do episódio em que este comentou "que jogar uma galinha em uma mulher é como jogar um veado em um homem" – referindo-se à ocasião em que jogaram uma galinha preta sobre a prefeita de São Paulo, Marta Suplicy.

O senador apresentou seu reconhecimento pelo "gesto de humildade" do ministro, ao se desculpar pela afirmação. Segundo Thomaz Bastos, o objetivo era apenas defender Marta Suplicy.

– A frase infeliz é inerente a quem está na vida pública, mas nem sempre a humildade necessária está presente. Quem conhece o passado que tem Márcio Thomaz Bastos sabe que ele não teve intenção de ofender qualquer minoria, queria apenas defender a prefeita – observou.

Lando condena descaso com educação na Amazônia



RISCOS Lando critica falta de apoio à educação em região alvo de enorme cobiça externa

O senador Amir Lando (PMDB-RO) condenou o descaso com que a educação pública vem sendo tratada na região amazônica. Para ilustrar sua preocupação, citou reportagem recente da TV Globo, que revelou um atraso de oito meses no início do ano letivo de 2003 em municípios do interior de Rondônia e um déficit de quase 2 mil professores na rede estadual de ensino.

– O que o noticiário desnudou

para o país é que, se depender do ritmo atual da educação formal, Rondônia poderá ser retardatária na marcha do desenvolvimento do país – afirmou.

Lando observou que a crise na educação do estado é prova do esvaziamento na geração do conhecimento amazônico, do ensino fundamental à universidade, mas a discussão sobre essas deficiências não pode se limitar, segundo o senador, à carência de professores.

A melhoria do sistema educacional assume uma importância ainda maior na Amazônia, na opinião de Lando, pois disso dependeria a manutenção da soberania nacional. Enquanto faltam professores e pesquisadores brasileiros interessados em reunir e compartilhar o conhecimento amazônico, adverte o senador, verifica-se um avanço da cobiça internacional sobre a exploração da biodiversidade da região.



Waldemir Rodrigues

Mão Santa homenageia os 151 anos de Teresina

O senador Mão Santa (PMDB-PI) prestou homenagem à capital do Piauí, Teresina, que completou no último sábado 151 anos de fundação. Segundo lembrou, a cidade foi a primeira capital planejada do Brasil, dando exemplo a outras iniciativas semelhantes, como Belo Horizonte, Goiânia, Brasília e Palmas.

Segundo o senador, Teresina tem uma tradição de bons serviços

sociais desde o tempo do ex-presidente Getúlio Vargas, quando foi criado um sistema moderno de tratamento de saúde. Ele ressaltou ainda que o primeiro restaurante popular do Brasil foi instalado em Teresina.

Mão Santa também anunciou a instalação de uma grande empresa multinacional de alimentos no município piauiense de Uruçuí, em

setembro. Serão investidos R\$ 400 milhões na área de beneficiamento de soja e produção de derivados como margarinas e farinhas. Em aparte, a senadora Lúcia Vânia (PSDB-GO) enalteceu o tratamento humano, em Teresina, dos problemas sociais e aplaudiu o Piauí por ter enviado ao Senado um "homem simples, sensível e competente como Mão Santa".



Waldemir Rodrigues

ACERTO Para Arthur Virgílio, STF agiu corretamente ao anular desapropriação

Virgílio elogia decisão sobre terra invadida

Em pronunciamento sexta-feira, o senador Arthur Virgílio (PSDB-AM) elogiou decisão tomada no dia anterior pelo Supremo Tribunal Federal (STF) que, por 8 votos a 2, anulou decisão do governo federal de desapropriar terras no Rio Grande do Sul. As áreas haviam sido invadidas, tornando a desapropriação proibida de acordo com medida provisória do governo Fernando Henrique, afirmou.

– Terras invadidas não podem ser desapropriadas, mas o governo atual estava e está desrespeitando a lei. Foi uma bela decisão do Supremo, que assim faz a sua parte. O Senado também fará a sua, instalando uma comissão parlamentar de inquérito para examinar as invasões.

Segundo Arthur Virgílio, o líder do PT no Senado, senador Tião Viana (AC), concordou com a criação da CPI, com algumas modificações à proposta do PSDB. Virgílio entende, conforme declarações publicadas na imprensa, que o presidente do STF, Maurício Corrêa, culpa a falta de ação do governo, que não impede invasões, pela violência no campo.

O senador criticou ainda a maneira como a reforma da Previdência foi aprovada na Câmara. Para Virgílio, a reforma saiu enfraquecida, "magrinha". E lamentou a atuação do governo petista.

– Em oito meses de governo os indicadores só se deterioraram. O Brasil só andou para trás. Teve um crescimento negativo de 2,4% no último trimestre, o que significa recessão terrível, e haverá dificuldade enorme para reativar as atividades econômicas, como espera o povo brasileiro, que votou em Lula esperando 10 milhões de novos empregos – afirmou.

Teotonio cobra do governo Lula ações contra a seca no Nordeste

Conforme o senador, "a chuva que caiu no primeiro semestre em Alagoas mal deu para assentar a poeira"

O senador Teotonio Vilela Filho (PSDB-AL) cobrou em Plenário ação eficiente do governo federal em apoio efetivo ao sertanejo que sofre com a seca, especialmente em Alagoas, onde o problema começou mais cedo neste ano.

– Trago o clamor dos nordestinos, especialmente dos alagoanos, para amenizar o sofrimento com a seca inesperada neste período do ano em Alagoas. Mal começou agosto e a seca já chegou ao estado.

Teotonio informou que, nos primeiros seis meses do ano, no sertão de Alagoas, choveu um terço do que costuma cho-



José Cruz

AJUDA Teotonio Vilela lamenta que seu estado esteja "à mercê da caridade nacional"

ver no período: dos 450 milímetros históricos ao longo de 50 anos, este ano choveu apenas 157 milímetros. "A chuva que caiu não deu nem para assentar a poeira do sertão." O senador lamentou que os alagoanos estejam "à mercê da caridade nacional".

– Não há mais como esperar que o governo fique apenas distribuindo doações da iniciativa privada, ainda mais com desarticulações e resultados inócuos em relação à dimensão dos desafios. O governo existe para promover assistência social e não para distribuir doações privadas. O Brasil elegeu um presidente não para distribuir doações, mas para que elas não sejam mais necessárias.

O senador defendeu a necessidade de o governo perceber a urgência da situação e tomar atitudes concretas. "Não importa o nome do programa, contanto que funcione", disse.

Teotonio reclamou também da falta de iniciativas do governo na distribuição de água. Lembrou que o governo anterior aplicou só no sistema de abastecimento do Nordeste cerca de R\$ 500 milhões, especialmente na construção de adu-

toras e redes de distribuição. "Claro que é preciso mais. Mas muitos dos projetos iniciados no governo anterior estão paralisados." O senador pediu especialmente a conclusão das obras do Canal do Sertão, que levará ao semi-árido de Alagoas águas do São Francisco.

O senador Teotonio Vilela criticou ainda a existência de uma só data de adesão ao seguro-safra para todos os estados do Nordeste, já que o ciclo das chuvas varia na região. Conforme afirmou, trata-se de erro burocrático do Ministério do Desenvolvimento Agrário.

Conforme o senador Eduardo Siqueira Campos (PSDB-TO), as reivindicações de Teotonio "são muito justas". Ele salientou que Tocantins é uma região rica em recursos hídricos e defendeu a transposição de parte dessas águas para locais que enfrentam seca.

Sistema de adutoras pode garantir o abastecimento no agreste, diz José Jorge

O senador José Jorge (PFL-PE) fez apelo ao governo para que esqueça "projetos megalomaníacos" como a transposição do Rio São Francisco para se concentrar em "idéias simples e factíveis", como a construção de um sistema de adutoras que, por R\$ 260 milhões, aproximadamente 1% do custo do projeto da transferência de águas, poderá resolver definitivamente o problema de abastecimento no agreste meridional de Pernambuco, onde

vivem 600 mil pessoas.

– Para o nordestino, o projeto de transposição do São Francisco é pura enganação, parece a panacéia para todos os problemas mas nunca sai do papel. Tenho informações de que nem sequer previsão de arrendamento das terras ou projeto de engenharia já foram dimensionados. Isso sem falar da fonte de onde terão que brotar R\$ 24 bilhões para sua execução – afirmou.

Segundo José Jorge, o proje-

to da adutora do Agreste Meridional de Pernambuco é exemplo de solução simples e viável. A proposta consiste no uso controlado das águas de boa qualidade reservadas nas barragens existentes, associado à implantação de uma adutora para captação de águas do Rio São Francisco e sua distribuição para a região dos agrestes meridional e central.

O senador disse que a adutora funcionaria com mais captação de águas durante os meses de



José Cruz

ECONOMIA Projeto custaria menos do que se gastará com a transposição do São Francisco

estiagem no agreste, de outubro a fevereiro, período do ano em que ocorrem as cheias do rio. A implantação, frisou, depende de vontade política do governo.

A sessão de sexta-feira do Senado Federal foi presidida pelos senadores Eduardo Siqueira Campos, Efraim Morais, Jonas Pinheiro e Eurípedes Camargo e pela senadora Lúcia Vânia